

Votação da Constituinte ainda indefinida

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A emenda Sarney de convocação da Assembleia Constituinte poderá ou não ter sua votação em primeiro turno completada nesta manhã, para começar em seguida o segundo e último turno: há um impasse entre as bancadas do PMDB da Câmara e do Senado, sobre a manutenção ou a supressão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" — que pode suspender o funcionamento da Câmara e do Senado em 1987, enquanto funcionar a Assembleia Constituinte.

O líder em exercício do PMDB

no Senado, Hélio Gueiros (PA), informou ontem à noite, após a reunião do conselho político no Palácio do Planalto, que não entrou em pauta nenhum assunto político. "A intervenção nos três bancos — Auxiliar, Comind e Maisonave — tinha prioridade. O problema não poderia ser adiado, e o da Constituinte poderia" — comentou.

Gueiros confirmou que a quase totalidade do Senado — os eleitos em 82 e os que cumprirão em 86 o último ano de mandato — defende a manutenção do texto original do artigo 1º do substitutivo Giavarina à emenda da Constituinte. Diz o dispositivo que a Câmara e o Senado, "sem pre-

juízo de suas atribuições constitucionais", se reunirão unicameralmente em Assembleia Nacional Constituinte, dia 1º de fevereiro de 1987. Se suprimida aquela expressão, os senadores com mandato até 1990 entenderiam que ficariam em posição secundária aos eleitos com atribuições de constituinte. Daí o impasse. Hélio Gueiros acredita numa solução nas próximas horas, lembrando que a questão "não é fundamental" e que a liderança e a bancada do PMDB na Câmara deveriam concordar com a redação original, aprovada pela comissão mista e no primeiro turno de votação no Congresso.

O líder pedessista Murilo Badaró

reiterou que o Senado não admite a aprovação da matéria nos termos do destaque do deputado Bonifácio de Andrada, que tem o apoio do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e da bancada peemedebista. Se o destaque for vitorioso, a Constituinte será exclusiva, isto é, não haverá funcionamento simultâneo do Senado e da Câmara para a legislação ordinária. Também o senador Fábio Lucena, do PMDB amazonense, foi incisivo: no Senado não passa a Constituinte exclusiva.

Caso não haja acordo de lideranças para afastar o impasse, que dificulta a votação da emenda da Constituinte, o Congresso poderá funcio-

nar até 20 ou 21 de dezembro, com a prorrogação da atual sessão legislativa, que normalmente seria encerrada no dia 5 de dezembro, quando se inicia o recesso parlamentar. Essa hipótese é admitida pelo próprio presidente do Congresso, José Fragelli, segundo informaram ontem líderes partidários.

Na Câmara, o deputado Amaral Neto (PDS-RJ) anunciou ontem, em nome da liderança de seu partido, que o PDS fará oposição para valer, começando ele próprio por não votar nada mais até que sejam devolvidas as prerrogativas do Congresso. "Meu voto não participará de pantomima nenhuma, inclusive esta emenda

constitucional, que é uma vergonha." Outro pedessista, o vice-líder Edison Lobão, optou ontem por apoiar a tese defendida na véspera pelo deputado peemedebista Alencar Furtado, de que a Constituinte deverá optar pelo parlamentarismo como sistema de governo, desde que pretenda criar para a estabilidade democrática um mecanismo eficaz de defesa contra radicalismos que renunciariam. Lobão disse que comunistas, anarquistas e simples irresponsáveis sem maiores compromissos com o País estão unidos e defendem desde a reforma agrária radical até qualquer casuísmo que lhes facilite suas ambições de poder.

Retirada de expressão vai provocar protestos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A bancada do PMDB na Câmara, por maioria de votos, decidiu ontem apoiar a retirada da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", do art. 1º do substitutivo Giavarina à Emenda Sarney de convocação da Constituinte, referindo-se à transformação do novo Congresso em Assembleia Nacional Constituinte.

Essa posição, ainda pendente de ratificação no plenário do Congresso, para completar o primeiro turno da votação e realizar o segundo e último turno, atende às posições de Ulysses Guimarães, do líder Pimenta da Veiga e da maioria da bancada, mas deverá enfrentar oposição de setores do PDS, do PFL e, principalmente, da maioria do Senado — principalmente dos 23 senadores eleitos em 1982 e com mandato até janeiro de 1990.

A iniciativa da supressão daquela expressão foi do vice-líder do PDS, deputado Bonifácio de Andrada (MG), que, de imediato, ganhou a simpatia de Ulysses e de Pimenta e as críticas de senadores. Os defensores da proposta acham que a retirada da expressão abre caminho à Constituinte exclusiva.

Para a maioria da bancada do PMDB, a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", se mantida, provocará em 1987 o funcionamento simultâneo de quatro Câmaras — Senado Federal, Câmara dos Deputados, Congresso Nacional (eventuais reuniões conjuntas da Câmara e do Senado) e a Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, haveria a necessidade da eleição de três mesas diretoras: da Câmara, do Senado e da Assembleia Constituinte (o Congresso é dirigido pela mesa do Senado).

Muitos parlamentares, principalmente senadores com mandato até janeiro de 1990, entendem que, retirada a expressão do art. 1º da emenda de convocação da Constituinte,

ficariam em posição secundária. Não teriam atribuição de poder legislativo ordinário e, para vários deles, não haveria a oportunidade de se elegerem membros das mesas da Câmara e do Senado, para o período 1987/89.

A tendência, se suprimida a expressão em exame, seria a da eleição de uma única mesa diretora da Constituinte. As funções administrativas seriam delegadas pela própria Constituinte, que também deveria definir as atribuições legislativas ordinárias — criar comissões especiais, delegar leis ao presidente da República ou permitir ao chefe do Executivo legislar por decreto-lei.

Anistia

A bancada do PMDB também apoiou destaque para suprimir expressões de dispositivos da emenda que tratam da anistia a civis e militares. A promoção do anistado não mais ficaria condicionada "ao princípio da antiguidade", se mantida no plenário a retirada dessa expressão.

Apesar dos protestos de deputados esquerdistas, a maioria da bancada não apoiou outras supressões, anistando envolvidos em delitos de natureza política e "conexos".

O líder Pimenta da Veiga, dirigindo a votação, pediu que permanecessem sentados os que discordavam da supressão da palavra "conexos". A maioria permaneceu como estava, levantando-se os que apoiavam a retirada, em número menor. Até então a votação vinha sendo feita de modo diferente: os que apoiavam pedidos de destaque ficavam sentados, levantando-se os que discordavam. A inversão facilitou a posição da liderança, contrária à supressão da palavra "conexos".

Quanto à desincompatibilização, a bancada apoiou a supressão da expressão "de estado", no prazo de renúncia de secretários para disputar eleições. Essa decisão estende o prazo de afastamento de nove meses aos secretários municipais.

ANC 88
Pasta Nov/Dez 85
040

Os lobistas invadem o Congresso Nacional

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A divulgação da pauta de votação do Congresso para o período de esforço concentrado aumentou ontem o movimento dos lobistas na Câmara, que teve seus corredores invadidos por cerca de 200 militares punidos, que pediam anistia ampla na votação em segundo turno da Constituinte, e por 500 vereadores defendendo o envio pelo executivo do novo projeto que fixará os critérios de aumento de seus vencimentos, além de representantes do movimento Pró-Participação Popular na Constituinte. Para hoje, estão sendo aguardados empresários de todo o País que, liderados pela Associação Comercial de São Paulo, vão pressionar o Congresso contra o "pacote fiscal" ainda em estudos na área econômica do governo.

O trabalho dos lobistas não ficou restrito à abordagem dos líderes e dos parlamentares nos corredores e cafezinho da Câmara. Pela manhã, eles assistiram à reunião de bancada do PMDB, para conhecer antecipadamente a posição do partido em relação aos diversos assuntos em pauta.

Da rampa do Congresso, outro tipo de lobby está sendo feito por centenas de integrantes do Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte, que defendem uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva e convocada somente no próximo ano. Eles são contra a emenda Walmore Giavarina e estão pressionando os parlamentares a rejeitá-la, em segundo turno, ou adiar a sua votação para o ano que vem. Os pró-participação representam 500 entidades de todo o País — da OAB, CNBB, Pastoral Operária, Pastoral da Terra, CUT, Conclat, associações estudantis e sindicatos — e prometem acampar nos gramados do Congresso durante o período de esforço concentrado.

Enquanto os militares criticavam duramente o líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga contrário à anistia ampla, os vereadores, contudo, estavam satisfeitos com a promessa do deputado, de elaborar uma minuta de projeto. Estabelecendo que às seus vencimentos serão fixados com base em 4% da receita efetiva do ano vigente, para ser enviado ainda hoje ao Palácio do Planalto. Eles lembraram que o projeto anterior foi vetado pelo presidente Sarney, em agosto passado.

Segundo o líder do PMDB na Câmara Municipal de Piracicaba, Rugão Steimann, a maioria dos vereadores brasileiros está recebendo hoje salários que variam de Cr\$ 100 mil a Cr\$ 250 mil mensais. O novo critério permitirá, conforme explicou, que esses vencimentos sejam de, no mínimo, Cr\$ 800 mil mensais. "Acredito no bom senso do presidente Sarney e dos líderes do nosso partido, para

que esse projeto seja enviado ao Congresso e votado até o próximo dia 5" — disse Rugão.

O deputado Salles Leite (PDS-SP) informou, por sua vez, que centenas de médios e pequenos empresários deverão chegar hoje a Brasília para pressionar contra o pacote fiscal anunciado pelo governador. Ele explicou não conhecer ainda os pontos principais da proposta, mas que, antecipadamente, é contra o aumento da carga tributária das empresas, "que já é considerada uma das mais pesadas do mundo, superior até à de países desenvolvidos".

ANISTIA

Já a União dos Militares Não Anistiados refutou a alegação dos ministros militares, de que os marinheiros e cabos não poderiam ser anistiados, porque foram punidos por indisciplina e insubordinação, sem qualquer conotação política. Seus representantes exibiam cópia de IPMs instaurados contra 283 marinheiros e fuzileiros navais, reconhecendo como de motivação política e subversiva os atos que provocaram as suas punições.

"O que existe, na realidade, é um preconceito das elites das Forças Armadas contra o povo das Forças Armadas, que são os cabos, marinheiros e fuzileiros navais" — disse o presidente da entidade, Paulo Pereira. Ele lembrou que os oficiais envolvidos nos mesmos episódios foram perdoados em 1979 e tiveram a anistia ampliada na emenda Walmore Giavarina. "Por que essa discriminação, já que eles são tão militares como nós?" — indagou.

A ampliação da anistia está sendo tentada por meio de destaque apresentado pelo deputado Haroldo Lima (PC do B-BA), que deverá ser examinada na votação em segundo turno da emenda de convocação da anistia. Os militares cassados estão pedindo aos deputados da ala progressista do PMDB que só aprovem a Constituinte se a anistia for aceita pelo governo.

PROCURADORES

No final da tarde, mais um grupo de pressão chegou à Câmara: o da Associação Nacional dos Procuradores da República. Eles estão alertando para o risco de ser aprovado, por decurso de prazo, o Decreto-Lei nº 2.159, de 30/08/79, de autoria do ex-ministro Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça, para beneficiar o então procurador-geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, e o então secretário-geral do Ministério da Justiça, Arthur Pereira de Castilho Neto.

A votação do Decreto-Lei, enviado ao Congresso pelo ex-presidente Figueiredo, está sendo obstruída pelo PDS. Se não for rejeitado até o final deste mês, a proposta será aprovada por decurso de prazo, segundo explicou o presidente da entidade, Aivaldo Augusto Ribeiro.